



BOLETIM INFORMATIVO – AGOSTO 2018

Edição nº. 10 - Ano 24 - CRC/RS 3.112

PROJETO PREVÊ CRIMINALIZAR CORRUPÇÃO PRIVADA NO PAÍS

A Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), rede que reúne diversas entidades públicas e privadas, criada em 2003 pelo Ministério da Justiça, elaborou um anteprojeto de lei que prevê a criminalização da corrupção privada no Brasil, com pena de até cinco anos de prisão e multa.

A discussão da proposta ocorre na esteira da Operação Lava Jato, que levou à prisão grandes empresários acusados de pagar propina a agentes públicos, crime previsto atualmente no Código Penal brasileiro. Nos casos de corrupção ativa ou passiva envolvendo o setor público, a pena vai de dois a 12 anos de prisão, além de multa. A intenção da Enccla é promover também a responsabilização criminal de suborno entre empresas.

Os objetivos são proteger a concorrência e o patrimônio empresarial e garantir lealdade nas relações de trabalho. Os alvos vão desde donos de empresa a funcionários e colaboradores que, em troca de alguma vantagem, violem seus deveres funcionais, entendidos como obrigações profissionais registradas em normas. A pena varia de dois a cinco anos de prisão, além de multa.

Um dos casos que poderiam ser enquadrados na nova legislação, se já estivesse em vigor, é o que envolve a Confederação Brasileira de Futebol (CBF). Dois ex-presidentes da entidade são acusados de favorecer empresas de marketing esportivo em contratos para explorar competições. José Maria Marin já foi condenado e está preso nos Estados Unidos, que pune a corrupção privada. Já Marco Polo Del Nero, apesar de investigado por autoridades americanas, ainda não teve seu caso analisado por estar no Brasil. Ambos negam as irregularidades.

A minuta do anteprojeto foi aprovada em consenso na mais recente reunião do grupo, sob a coordenação do Ministério Público Federal. Ainda poderão ser feitas mudanças de redação, sem alterar o teor do anteprojeto. Não houve acordo, por exemplo, sobre a ideia de a nova lei incluir a previsão de sanções cíveis e administrativas.

A Enccla estudou cinco propostas normativas, algumas já em tramitação no Congresso, mas que não chegaram a ser votadas. Duas estavam paralisadas no Senado (uma delas é a reforma do Código Penal, de 2012) e previam penas menores, de um a quatro anos. O anteprojeto da Enccla tomou por base projeto de lei criado após a CPI do Futebol, de 2015, e outro elaborado em conjunto pela Fundação Getúlio Vargas e a Transparência Internacional - cuja pena máxima chegaria a seis anos e definia corrupção privada ativa e passiva.

Embora não haja legislação específica atualmente, algumas condutas previstas no anteprojeto poderiam ser enquadradas hoje como outros crimes. Um caso de favorecimento de um fornecedor mediante vantagens, por exemplo, pode levar a prejuízos indiretos, tais como qualidade dos produtos, condições de garantia ou até mesmo preços superfaturados, o que poderia ser configurado como estelionato, com pena prevista de até cinco anos de prisão.

O Ministério da Justiça disse que o anteprojeto deverá ser apreciado em novembro. Se chancelado, passará por análise de consultores jurídicos antes de ser encaminhado à presidência da República, que poderá fazer a proposição da lei. Procurada, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) afirmou que acompanha o assunto e analisa sugestões em relação às propostas já em discussão no Congresso. [Jornal do Comercio](#)

STF BATE O MARTELO E DECLARA CONSTITUCIONAL FIM DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL OBRIGATÓRIA

A reforma trabalhista venceu sua primeira batalha no Supremo Tribunal Federal: por 6 (seis) votos a 3 (três), o Plenário concluiu na sexta-feira (29/06) que a extinção do desconto obrigatório da contribuição sindical no salário dos trabalhadores é constitucional.

Desde a entrada em vigor da Lei 13.467/2017, que reformou mais de 100 artigos da CLT, o desconto de um dia de trabalho para financiar os sindicatos passou a ser opcional, mediante autorização prévia do trabalhador.

Coincidentemente, na quarta-feira (27/6), a Suprema Corte dos Estados Unidos também acabou com a contribuição sindical obrigatória, numa decisão que envolve os sindicatos dos servidores públicos, mas se aplica a todo o país. O pronunciamento se refere a uma lei do estado de Illinois, mas também declara inconstitucionais leis de outros 22 estados que favoreciam os sindicatos.

No Brasil, a regra foi questionada em pelo menos 16 ações, das 24 já ajuizadas no STF contra as mais de 100 mudanças na CLT. Entidades sindicais alegavam que a nova regra sobre o imposto sindical inviabilizará suas atividades por extinguir repentinamente a fonte de 80% de suas receitas.

A confederação que representa trabalhadores em transporte aquaviário (Conttmaf), autora da ação analisada pelo Supremo, disse que o tributo somente poderia ser extinto por meio da aprovação de uma lei complementar, e não uma lei ordinária, como foi aprovada a reforma.

O ministro Luiz Fux, que abriu a divergência na sessão, disse que “não é possível tomar capital para financiar sindicato sem o consentimento do empregado”.

Ele reconheceu que mesmo leis ordinárias podem tratar sobre a contribuição sindical, pois nenhum comando na Constituição fixa a compulsoriedade da cobrança. Os ministros Alexandre de Moraes, Luís Roberto Barroso, Gilmar Mendes, Marco Aurélio e a presidente Cármen Lúcia seguiram o entendimento de Fux.

Alexandre de Moraes declarou que o fim da obrigatoriedade da contribuição sindical não afasta a liberdade sindical. “Não é razoável que o Estado tenha de financiar um sistema sindical (são 16 mil sindicatos). E só 20% de trabalhadores sindicalizados. Há algo de errado nisso. Vácuo de representatividade, ou seja, déficit de representatividade, apesar do imposto sindical”, disse.

O relator da ação, ministro Luiz Edson Fachin, ficou vencido ao votar pela obrigatoriedade da contribuição. Ele sustentou que a Constituição de 1988 foi precursora no reconhecimento de direitos nas relações entre capital e trabalho, entre eles, a obrigatoriedade do imposto para custear o movimento sindical. Os ministros Dias Toffoli e Rosa Weber acompanharam o relator.

Conforme o relator, o modelo de sindicalismo criado pela Constituição sustenta-se em um tripé formado por unicidade sindical, representatividade obrigatória e custeio das entidades sindicais por meio de um tributo. Este último é a contribuição sindical, expressamente autorizada pelo artigo 149, e imposta pela parte final do inciso IV, do artigo 8º, da Constituição da República.

“Assim sendo, na exata dicção do texto constitucional, é preciso reconhecer que a mudança de um desses pilares pode ser desestabilizadora de todo o regime sindical”, afirma o ministro.

Durante o julgamento, a ministra da Advocacia-Geral da União, Grace Mendonça, defendeu a manutenção da lei. Segundo a ministra, a contribuição sindical não é fonte essencial de custeio, e a CLT prevê a possibilidade de recolhimento de mensalidade e taxas assistenciais para o custeio das entidades.

A Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e TV (Abert) foi a única entidade a apresentar ação declaratória de constitucionalidade defendendo a contribuição sindical livre. O processo foi juntado aos autos da ADI agora julgada. - Conjur

5 TENDÊNCIAS MERCADOLÓGICAS PARA AS EMPRESAS CONTÁBEIS

A área contábil tem um papel fundamental para a gestão e saúde financeira de qualquer empresa. Em meio a uma concorrência cada vez maior e a tantas mudanças na profissão contábil, muitos escritórios estão adotando novas tendências mercadológicas com o objetivo de adequar seus negócios a uma nova necessidade de mercado e tornar os processos do dia a dia mais simplificados e tecnológicos.

A tecnologia representa uma oportunidade para as empresas contábeis. Uma facilitadora, mas também pode ser um problema para contadores que não se adaptam à nova realidade e que não invistam nela.

Levando em conta tantas mudanças e com o foco no que especialistas afirmam como futuro para o mercado contábil, elencamos 5 tendências mercadológicas importantes.

1) Automação de processos

É uma tendência sem volta e necessária. Em meio a tantas obrigações acessórias e prazos, profissionais da contabilidade precisam ter tempo para seus clientes e para atuarem como consultores, com orientações de negócio que vão além de tributos e taxas. Ajuda a reduzir o ônus da contabilidade manual, diminuindo a burocracia e permitindo que os contadores usem seu tempo para lidar com questões mais estratégicas.

2) Sistemas integrados

O uso de sistemas integrados simplifica a entrada e saída de informações, além da emissão de relatórios financeiros. Outra vantagem é não precisar manter procedimentos contábeis separados para preparar relatórios financeiros, de gerenciamento e de fluxo de caixa. Cada vez mais empresas estão atentas para as complexidades no mundo dos negócios e o uso de sistemas eficientes ajudam a maximizar seu desempenho profissional.

3) Migração das obrigações acessórias para o meio digital

Com o Decreto Nº 8.373/2014 foi instituído o e-Social, sistema digital para a transmissão das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas ao governo.

Todas as obrigações acessórias que antes eram feitas em papel, no meio físico, migraram para o meio digital. A mudança também vai significar a diminuição de burocracia, maior transparência em relação às informações prestadas e tornar a transmissão de dados mais seguras.

4) Segmentação

Uma estratégia que pode ajudar o escritório contábil a sentir menos os impactos negativos em um cenário competitivo é a segmentação de mercado, algo visto como inevitável para alguns especialistas. É possível o escritório estabelecer um nicho de atuação no qual ele seja imbatível e demonstre expertise. Além disso, a segmentação permite o benefício de entender mais profundamente o negócio do cliente atuando como um consultor.

5) Necessidade de alinhamento com a estratégia de compliance da empresa

Com a política anticorrupção, as empresas precisam ser capazes de fornecer, se necessário, informações precisas sobre suas contas às autoridades reguladoras. E, para garantir a conformidade de seus clientes, é necessário que os contabilistas atuem de forma alinhada com os mesmos. Contadores podem fornecer consultoria para ajudar a implantar uma estratégia de compliance nas empresas de seus clientes. E mais, podem fazer isso orientando-os a utilizar essa ferramenta da maneira correta e trabalhar de forma alinhada com eles.

“Você constrói seu patrimônio com trabalho, mas evolui com conhecimento” Diego De Paris



Agenda das Principais Obrigações Agosto/2018



DIAS	COMPROMISSOS
01/08	Envio das notas fiscais, documentos de caixa e recibos de autônomos, impostos e contribuições pagos pela sua empresa para encerramento do mês de julho 2018
06/08	SALÁRIOS - JULHO
07/08	GPS - DOMÉSTICAS GFIP - JULHO
09/08	ICMS - SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA (Demais produtos) - JULHO
13/08	Envio das notas fiscais, dos documentos de caixa, de bancos, impostos e contribuições pagos pela sua empresa referente o período de 01 a 10/08/2018
13/08	ICMS - COMÉRCIO - JULHO ICMS - INDÚSTRIA - JULHO ICMS - ÚLTIMOS SETORES INCLUÍDOS NA SUBST. TRIBUTÁRIA - JUNHO
15/08	GPS - CONTRIBUINTE INDIVIDUAL ISSQN - JULHO
20/08	GPS - JULHO IRF - JULHO IMPOSTO SIMPLES NACIONAL - JULHO
21/08	Envio das notas fiscais, dos documentos de caixa, de bancos, impostos e contribuições pagos pela sua empresa referente o período de 11 a 20/08/2018
23/08	ICMS - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES - JUNHO ICMS - DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA - SIMPLES NACIONAL - JUNHO
24/08	IPI - INDÚSTRIA - MODALIDADE GERAL - JULHO COFINS - JULHO PIS - JULHO
27/08	Envio dos dados para encerramento da folha de pagamento: registro de empregados, alterações de salário, faltas e descontos, recibos de autônomos e notas fiscais cooperativas, referente agosto 2018
31/08	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - JULHO - ESTIMATIVA IRPJ - JULHO - ESTIMATIVA
03/09	Envio das notas fiscais, dos documentos de caixa, de bancos, impostos e contribuições pagos pela sua empresa referente o período de 21 a 31/08/2018



Curta nossa página no Facebook:

VISAO CONTABILIDADE VILLAGIO IGUATEMI 54 3026 4646

Visão Contabilidade - Competência e Credibilidade